



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

1. Informações Gerais

Data: 07/11/2019

Horário: 14h às 16h

Local: Sala 311 – Bloco B – CNJ

Participantes:

Dr. Carl Olav Smith – Secretaria Especial Adjunto de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica;
Dr. Johaness Eck – Diretor-Geral;
Sra. Sulamita Avelino Cardoso Marques – Assessora-Chefe da Corregedoria Nacional de Justiça;
Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica - DGE;
Sr. Aderruan Rodrigues Tavares – Chefe de Gabinete do Conselheiro Valtércio de Oliveira;
Sra. Larissa Garrido Benetti Segura – Gabinete do Conselheiro Luiz Fernando Keppen;
Sra. Gabriela Moreira de Azevedo Soares – Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ;
Sr. Luiz Antônio Mendes Garcia – Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI;
Sr. Getúlio Vaz – Secretário de Administração – SAD;
Sra. Mariana Cabral Nogueira de Sá – Secretária de Gestão de Pessoas em substituição-SGP;
Sr. Wernne Silva – Secretário de Orçamento e Finanças – SOF;
Sr. Rodrigo Farhat Camargo – Secretaria de Comunicação Social – SCS;
Sr. Ronaldo Araújo Pedron – Chefe de Gabinete da Ouvidoria – OUV;
Sr. Anderson Rubens de Oliveira Couto – Secretário de Auditoria – SAU;
Sra. Camila da Silva Barreiro – Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP;
Sr. Rodrigo S. Rocha - Secretaria-Geral – SG;
Sra. Anali Cristino Figueiredo – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD;
Sr. Maurelio Ferreira – Diretor Substituto do Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO;
Sr. Bruno Gomes Faria - Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF;

Facilitador

Sra. Neuma Christina Lopes Nunes – Chefe da Seção de Planejamento Institucional/DGE.

Equipe técnica DGE

Sr. João Paulo Guimarães da Silva – Estagiário da Seção de Planejamento Institucional.

Servidores do CNJ

Sr. Ricardo de Lins e Horta – Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF;
Sr. Arthur Dias Avelino – Diretoria-Geral – DG;
Sr. Francisco Filgado Romero – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
Sra. Renata Maroja Stochiero Ribeiro – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
Sr. Joao Paulo Guimarães da Silva – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
Sr. Evandro Silva Gomes – Secretaria de Auditoria – SAU;
Sr. Fernando Caldeira Melo – Corregedoria Nacional de Justiça – CN;
Sra. Juliana Amorim – Gabinete da Presidência.



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

2. Objetivos da reunião

Apresentar o desempenho dos indicadores e projetos institucionais referente ao período de janeiro a agosto de 2019; dialogar sobre eventuais dificuldades encontradas na mensuração dos resultados e identificar soluções para os problemas percebidos na execução da estratégia do CNJ.

3. Pauta

- Abertura realizada pelo Secretário Especial Adjunto de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, Dr. Carl Olav Smith;
- Apresentação dos resultados dos indicadores e projetos institucionais, bem como possíveis gargalos e soluções;
- Divulgação do panorama geral dos resultados dos indicadores e dos projetos institucionais de janeiro a agosto de 2019;
- Considerações finais.

4. Abertura

O Secretário Especial Adjunto de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, Dr. Carl Smith, iniciou a Reunião de Análise da Estratégia (RAE), ressaltando dois motivos especialmente importantes para realização do encontro; 1 – fazer o balanço do ano e verificar onde ocorrem as falhas que impossibilitaram alcançar a meta; 2 – nova dinâmica para atender as demandas das 13 (treze) Comissões criadas, o que exigirá organização e maior compromisso no que diz a respeito à missão do CNJ. Além disso, ressaltou que, por conta desses dois fatores, será importante rever e pensar como poderá ser conduzido o ano de 2020 com essa nova estrutura de Conselho Nacional de Justiça. Por fim, Dr. Carl agradeceu a presença dos representantes dos Gabinetes dos Conselheiros, pois é importante acompanhar como estava o andamento de todos os projetos das Comissões anteriores até o mês de agosto.

5. Apresentações

Após as devidas apresentações, a Diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva, ressaltou que essa III Reunião de Análise da



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Estratégia (RAE) é a última do ano corrente, embora os dados sejam referentes ao mês de agosto, e frisou que é possível verificar o desempenho das metas e dos projetos apresentados. Em seguida, a Sra. Fabiana apresentou a pauta da reunião e informou a sequência da apresentação que começaria pela Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP e suas unidades vinculadas. Cada gestor apresentaria o desempenho e o acompanhamento dos seus indicadores e receptivos projetos institucionais, desse modo, poderiam surgir pontos de reflexões para melhorias e soluções.

Em seguida, a Sra. Neuma Christina Lopes Nunes, Chefe da Seção de Planejamento Institucional, apresentou a metodologia de como são mostrados os resultados. Foram falados dos gráficos dos indicadores e dos projetos que são tocados por cada unidade.

Sobre os indicadores, ressaltou os seguintes elementos nos slides:

- 1- Traço azul – representa o que foi efetivamente realizado;
- 2- Pontilhado – representa a expectativa até o mês de apuração;
- 3- Títulos acima – informações do número do indicador e a unidade, a meta para 2019 e um farol (verde – cumprido; amarelo – parcialmente cumprido; vermelho – não cumprido).

Em relação aos projetos institucionais, os resultados alcançados foram apresentados em um gráfico de barra (barra azul – resultado alcançado; linha laranja – expectativa para o período da medição) e, novamente, os faróis representaram o resultado esperado daquele indicador.

A Sra. Neuma informou também que houve alteração na apresentação da relação dos projetos institucionais, com o objetivo de tornar a reunião mais ágil. Informou que, nos slides apresentados pelas unidades, apareceriam os projetos que estavam em andamento entre junho e agosto. Os projetos que foram concluídos no começo do ano teriam sido retirados do gráfico e seriam apresentados em uma relação ao final.

5.1. Desempenho dos Indicadores e Iniciativas Estratégicas

5.1.1 Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

O representante da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP, Dr. Carl, apresentou 8 projetos. O Projeto 1 – Reuniões preparatórias para o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário – apresentou 100% de cumprimento. Foi relatado que esse projeto previa a realização de duas reuniões, que foram cumpridas, e que direcionava para o Projeto 3 – XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário; O Projeto 2 – Revisão dos indicadores, das metas e das ações do PLS/CNJ – apresentou 61% de cumprimento. Dr. Carl explicou que esse projeto tem como objetivo fomentar as práticas de sustentabilidade dentro do Conselho Nacional de Justiça. Informou também que já foram feitas diversas reuniões e estavam aguardando diagramação, assinatura para formalização e publicação do documento, com data prevista para o mês de novembro; Ao que se refere ao Projeto 3 – XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário –, esclareceu que houve o cumprimento de 20%, afirmando que estava quase tudo pronto para o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário; O Projeto 4 – Justiça Começa na Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral –, o resultado alcançado foi de 21% de cumprimento. O Dr. Carl explicou que se trata de um projeto grande que engloba projetos de educação, mobilizações legislativa, parceiros e de educação para servidores e magistrados; O Projeto 5 – Execução Fiscal: Automação e Governança – apresentou 38% de cumprimento. Esclareceu que é um projeto que depende de integração muito grande, não apenas do CNJ, mas com os tribunais; O Projeto 6 – Benefícios Previdenciários – apresentou 79% de cumprimento; O Projeto 7 – Poupança: Planos Econômicos – alcançou 75%. O representante da SEP ressaltou que os projetos 6 e 7 também dependem de cooperação como o Projeto 5; E quanto ao Projeto 8 – Integração do “Consumidor.gov.br” ao PJe –, informou que apresenta 57% de cumprimento, mas afirmou que a integração já foi concluída pela equipe do DTI na parte de desenvolvimento, e que já foi assinada a ampliação do projeto, que atendia apenas o seguimento bancário e passa, agora, a atender às empresas de telefonia. Esse projeto envolve a implantação da integração em todos os tribunais que adotam o Processo Judicial Eletrônico (PJe). A implementação aconteceu em dois tribunais: Tribunal Regional Federal da 1ª da Região e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Territórios – TJDFT. E após finalizar o piloto este ano, será expandido para os demais tribunais.

5.1.2 Departamento de Gestão Estratégica – DGE

A Diretora do Departamento de Gestão Estratégico informou que o departamento tem três indicadores. Quanto ao Indicador 01 – Índice de Cumprimento das Metas Nacionais –, esclareceu que teve uma inovação nesse ano de 2019, no sentido de que o DGE está acompanhando todas as metas nacionais. Até o mês de agosto o indicador atingiu 40,3% e a expectativa era de 53%. Entretanto, a Sra. Fabiana informou que até outubro já está com 48% de cumprimento. Ainda ressaltou que é um indicador importante porque dá suporte ao objetivo estratégico de aperfeiçoamento das políticas judiciárias. Em relação ao Indicador 4 – Índice de Melhorias Implementadas em Processos Prioritários –, cuja expectativa era de 66,7%, informou que atingiu 44,0% até o mês agosto. A diretora do DGE noticiou que foram implantadas 25 melhorias em 3 processos prioritários. Esclareceu, ainda, que os processos prioritários são definidos a partir de recomendações da Auditoria, ou pela Presidência ou identificação do próprio Departamento de Gestão Estratégica. Os 3 processos prioritários nesse ano de 2019 foram: Governança em contrato, Gestão de Pessoas e Gestão Estratégica – Processos internos do DGE. Adiantou que das 25 melhorias 18 já foram realizadas até o mês de outubro. Sobre o Indicador 6 – Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável –, que atingiu 68% em agosto e tinha expectativa de 80%, informou que alguns pontos do Plano de Logística Sustentável precisavam ser aperfeiçoados, o que prejudicou o resultado, e que foi feita revisão que entrará em vigor em 2020.

Referente aos Projetos Institucionais do DGE relatou: projeto 1 – Mapeamento das atividades relevantes nos processos organizacionais – que apresentou 98% de cumprimento; o projeto 2 – Revisão da metodologia de Gerenciamento de Projetos – está com cumprimento de 76% e é um projeto do DGE realizado juntamente com a Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP; o projeto 3 – Solução Tecnológica do Acompanhamento e Monitoramento da Estratégia Institucional –, com resultado de 14%, refere-se ao desenvolvimento de um sistema



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

que permita realizar o monitoramento da estratégia de forma eletrônica. Esclareceu que possui processo aberto no Sistema Eletrônico de Informações – SEI e já foi realizada reunião para apresentação do problema. A Sra. Fabiana acredita que, possivelmente, o sistema seja implementado para o Planejamento Estratégico de 2021-2026; no que se refere ao projeto 4 – Formulação do Planejamento Estratégico do CNJ – apresentou cumprimento de 35% e informou que, em agosto, aconteceu uma sensibilização. Nessa sensibilização foram feitas a consulta pública (questionário), as reuniões temáticas com gestores. Além do mais, a diretora do DGE relatou que está maturando todos os objetivos estratégicos para o próximo Planejamento Estratégico; o projeto 5 – Portal de Boas Práticas – alcançou 73% de cumprimento em agosto, porém o portal já está em funcionamento e foi concluído em setembro; o projeto 7 – Formulação das Metas para 2020 – alcançou 50% cumprimento, mas a expectativa é que no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário sejam aprovadas as metas nacionais para 2020 e, por consequência, o processo será concluído; em relação ao projeto 8 – Elaboração do Ranking da Transparência – apresentou 85% de cumprimento em agosto, contudo já foi publicado o Ranking da Transparência do Poder Judiciário com premiação realizada no mês do setembro; o projeto 10 – Revisão do Sistema de Atos Normativos – apresentou o resultado de 100% e contou com o apoio da equipe do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI; e o projeto 11 – Elaboração de guia com quesitos técnicos e legais para as contratações sustentáveis – está com 20% de realização porque a Seção de Gestão Socioambiental priorizou a revisão do PLS e contava somente com um servidor.

5.1.3 Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ

A Sra. Gabriela Moreira de Azevedo Soares, Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias, informou que o departamento tem três indicadores. O Indicador 2 – Índice de Realização de Pesquisas Produzidas Internamente – alcançou cumprimento de 85,4% e a expectativa era de 66,7%. Foi relatado que o projeto tem duas formas de fazer pesquisa: a primeira com os dados que chegam dos tribunais ao CNJ, através dos diversos sistemas que existem ou por meio de coleta de fonte diversa e produzida



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

pela própria equipe e, a segunda, fazendo contratações. Afirmou que a meta do DPJ é produzir 12 pesquisas nos 12 meses e que faltam apenas 2 pesquisas para atingir os 100%. Uma delas será apresentada no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário e trata do uso das mídias sociais e a outra é a pesquisa sobre custas. Sobre o Indicador 3 – Índice de Realização de Pesquisas Produzidas Externamente –, esclareceu que se refere às contratações realizadas, que tinha expectativa de 20%, e alcançou 10% até o mês de agosto. A Diretora do DPJ relatou que o departamento teve dificuldade no ato da contratação, mas que já foram contratadas 5 (cinco) pesquisas. E, por último, o Indicador 34 – Índice de Acompanhamento de Projetos Estratégicos do DPJ –, com 54% realizado e expectativa de 40%. São quatro projetos elencados: 1 – Revista do CNJ com artigos autorais cuja próxima edição será comemorativa aos 15 anos do CNJ; 2 – Prêmio CNJ de Qualidade; 3 – Replicação Nacional; 4 – Realização de Workshops Temáticos.

5.1.4 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD

A Sra. Anali Cristino Figueiredo, Chefe substituta do CEAJUD, informou com relação ao Indicador 07 – Índice de Capacitação do Poder Judiciário nas Competências Estratégicas – que o CEAJUD cumpriu 15,3% da meta estabelecida, em contrapartida a uma expectativa de cumprimento de 9,3% no período. Destacou que a meta alcançada se deu por causa do curso de nivelamento de servidores do Poder Judiciário que estava vinculado ao Prêmio CNJ de Qualidade, o que impulsionou os servidores a participarem dessa capacitação. Frisou que foram quase 70.000 inscritos nos cursos, com 57.353 concluintes até o período da medição. Até o final do ano a expectativa é que esse percentual aumente. Além disso, ressaltou um pedido feito anteriormente sobre a alteração da meta, pois os resultados apresentados estão vinculados apenas a cursos de modalidade a distância, porém há cursos na modalidade presencial. Em seguida, informou que conversou com a Sra. Neuma, Chefe da Seção de Planejamento Institucional, e foi sugerido que essa alteração acontecesse no próximo ano. No tocante ao Indicador 08 – Índice de Implementação e Execução do Plano Nacional de Capacitação –, esclareceu que o plano foi aprovado



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

em 2018, porém, com metas previstas para conclusão no mesmo ano. A Sra. Anali salientou que foi feito o pedido à Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas – CPEOGP juntamente com Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD revisarem este plano. Por esse motivo, ainda não foi mensurado.

5.1.5 Corregedoria Nacional de Justiça – CN

A Sra. Sulamita Avelino Cardoso Marques, Assessora-Chefa da Corregedoria Nacional de Justiça, informou que com relação ao Indicador 35 – Índice de Execução do Plano de Inspeções –, a unidade cumpriu 58,8% da meta, em contrapartida a uma expectativa de 66,7% no período. Explicou que esse percentual se deu porque foram incluídos no plano de inspeções todos Tribunais Regionais Federais, e isso impactou no resultado apurado. O Indicador 36 – Índice de Julgamento de Processos – alcançou o resultado de 118,7%, frente a uma expectativa de 100%. Significa que foram julgados 100% dos processos recebidos, mais 18% do acervo.

5.1.6 Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania – CPAJC

Com relação a Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania, o representante não pode comparecer à Reunião de Análise da Estratégia (RAE) e, por esse motivo, a Sra. Neuma, Chefe da Seção de Planejamento Institucional, apresentou o desempenho de cada projeto. Iniciou com o projeto: Desenho do Processo de Trabalho e da Documentação da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos que foi dado como encerrado, por não ter sido autorizado a formação do grupo de trabalho. E, por decurso de prazo, o projeto acabou se tornando inexecutável; o projeto X Prêmio Conciliar é Legal (edição 2019) está com 20% e em andamento, cumprindo o cronograma previsto; em relação ao projeto Curso de Formação de Instrutores em Mediação Judicial no Tribunal de Justiça do Estado Amazonas (TJAM) foi 100% concluído e que, inclusive, atendeu os estados do Amazonas, Pará, Paraíba, Piauí, Rondônia e Tocantins; e, finalizando, o projeto Curso de Formação de Instrutores em Mediação Judicial no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) que também se encontra 100% concluído. A Sra. Neuma finaliza explicando que cada



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

um dos dois cursos formou 22 servidores e que já estão incluídas no cadastro do CNJ. A etapa seguinte é a prática do curso, que fica a cargo do próprio tribunal treinar os instrutores para que possam fazer a replicação do curso.

5.1.7 Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento – CPGEEO

A Sra. Larissa Garrido Benetti Segura, Assessora do Gabinete do Conselheiro Luiz Fernando Tomasi Keppen e que estava responsável pelo fornecimento das informações dos projetos da CPGEEO, em agosto, informou que os projetos institucionais da CPGEEO acabam sendo residuais, porque muitos são apresentados pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ e Departamento de Gestão Estratégica – DGE, e que os resultados atuais já estão diferentes. Sobre o projeto Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA informou que nele foi aprovado o Provimento n. 88 da Corregedoria, que trata do Controle da Atividade das Serventias Extrajudiciais, e cita que está com 75% e em andamento, em contrapartida aos 45% mostrado no slide; o projeto Reforma Regime Interno do CNJ apresentou 90% e em andamento, mas afirma que está em atraso devido a mudança de composição e deverá ser revista e rediscutida pela Presidência; em relação ao projeto II Workshop Melhorias do Banco Nacional de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios e alterações da Resolução CNJ nº 235/2016 apresentou o resultado de 90% e status de atrasado. A Sra. Larissa afirma que a equipe do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI apresentou as soluções com as melhorias, faltando, agora, o encerramento do projeto; e, por fim, a Construção do Painel de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição que está 100% concluído.

5.1.8 Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas – CPEOGP

Sr. Aderruan Rodrigues Tavares, Chefe de Gabinete do Conselheiro Valtércio de Oliveira, apresentou a relação de projetos institucionais da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas – CPEOGP. No tocante ao projeto 2º



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Seminário sobre a Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, informou que foi 100% concluído e ressaltou que houve participação ampla dos servidores e magistrados, e, a pedido do Conselheiro, foi lançado curso pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD que está com mais de 5.000 inscritos; referente ao projeto 1º Seminário sobre a Política Nacional da Justiça Restaurativa também se encontra 100% concluído; e, por último, o projeto 2º Seminário sobre a Política Nacional da Justiça Restaurativa apresentou 30% e em andamento, porém, o Sr. Aderruan informou que este projeto, provavelmente, já deve estar em 80%, pois faltam poucos ajustes. Afirma, ainda, que este evento acontecerá no Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), que terá participação do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF e acrescentou que já foi solicitada pauta para Secretaria-Geral para alteração na Resolução da Justiça Restaurativa. Finalizou relatando que a Audiência Pública – Revisão da Resolução CNJ nº 75/2009 já foi realizada, e que a Resolução se encontra no Gabinete do Ministro Emmanoel Pereira para estudos, sendo, oportunamente, encaminhada para aprovação dos Conselheiros.

5.1.9 Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF

O Sr. Bruno Gomes Faria, Representante do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF informou com relação ao Indicador 20 – Índice de Implementação das Iniciativas que promovam os Direitos de Cidadania – que houve o alcance de 72,6%, em contrapartida a uma expectativa de cumprimento de 66,7%. Informou que o DMF atua em parceria com Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento – PNUD. Em seguida, o Sr. Bruno citou os projetos: implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), que está com 85% da meta cumprida; o projeto Biometria e Documentação da População Prisional, que, atualmente, está com edital publicado para aquisição de 4.000 kits biométricos juntamente com softwares, hardwares e base de dados científicos para começar a



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

coleta da biometria. Contudo, o próprio DMF está realizando visitas técnicas nos tribunais para verificar a viabilidade da implementação; O projeto Implantação de 5 Projetos da Justiça Restaurativa está com edital publicado para implementação do programa nos Tribunais; e, por último, abordou o projeto Fomento e trabalho de renda no sistema prisional e atenção à população egressa. Relatou que um dos eixos da política e justiça presente é a restauração do Escritório Social, que seria o apoio aos prisioneiros egressos no quesito profissional, moradia, documentação e saúde. Frisou que, recentemente, foi inaugurado em Boa Vista, no estado de Roraima, o primeiro Escritório Social. Com inaugurações previstas também nos estados de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro (Niterói e Macaé) e Piauí.

5.1.10 Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO

O Sr. Maurélio Ferreira, Diretor Substituto do Departamento Acompanhamento Orçamentário, informou sobre indicador 23 – Índice de Publicação das Informações Orçamentárias dos Tribunais – que congrega a publicação de duas resoluções importantes: Resolução CNJ nº 102, de 15 de dezembro de 2009 e da Resolução CNJ nº 195, de 03 de junho de 2014 que refletem a obrigatoriedade da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que se refere ao Relatório de Gestão Fiscal. O Sr. Maurélio informou que houve cumprimento de 96,7% da meta, em contrapartida a uma expectativa de 93% no período.

5.1.11 Secretaria de Comunicação Social – SCS

O Sr. Rodrigo Farhat Camargo, Secretário de Comunicação Social, informou que o indicador 17 – Taxa de Crescimento de Seguidores das Mídias Sociais – alcançou a meta de 3,0%, em contrapartida a uma expectativa de 3,3% no período. Com relação ao Indicador 18 – Índice de Repercussão do CNJ nas Mídias –, relatou que houve cumprimento de 79,2% da meta estabelecida, em contrapartida a uma expectativa de cumprimento de 56,7% no período. No tocante ao indicador 19 – Índice de Satisfação com a Comunicação Interna –, informou que a pesquisa será realizada no final do segundo semestre, por isso o indicador não foi mensurado. O Sr. Rodrigo ressaltou, ainda, que conversou com a Sra. Neuma, Chefe da Seção de Planejamento



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Institucional, e com a Sra. Fabiana, Diretora do DGE, que a Secretaria de Comunicação Social pretende alterar esses indicadores, pois não refletem a realidade do trabalho e dinâmica da comunicação, e que está agendada reunião para discutir a alteração a vigorar a partir de 2020.

5.1.12 Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI

O Sr. Luiz Antônio Mendes Garcia, Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, informou que o departamento possui dois indicadores: Indicador 31 – Índice de Incentivo Institucional à Integração, à Interoperabilidade e ao Desenvolvimento Colaborativo de Sistemas de Informação – que alcançou 75% da meta, em contrapartida a uma expectativa de cumprimento de 48,7% no período. Esclareceu que essa medição é baseada em um *roll* de 11 medidas adotadas pelo DTI: atualização de um software que é utilizado no desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico (PJe), por todos os tribunais do programa; processo de licitação de um novo contrato de desenvolvimento de software dado a precariedade do contrato de desenvolvimento atual; realização da prospecção para implementação de modelo de computação em nuvem; aperfeiçoamento do *Service Desk* para melhor o nível de atendimento; desenvolvimento de um novo portal de Governança Digital, onde todos os tribunais podem publicar os projetos de tecnologia, ações e iniciativas; aprimoramento da infraestrutura; novo modelo de referência arquitetural sistemas; contrato de uma ferramenta nova para escritório de projetos; aprimoramento da solução da replicação nacional; desenvolvimento de processo de gestão de demandas; apoio do DTI na melhoria da gestão do cadastro nacional de adolescentes em conflito com a lei. Com relação ao Indicador 32 – Evolução do Perfil de Governança de TI (iGovTIC-JUD) –, o Sr. Luiz Antônio informou que a pesquisa será realizada no segundo semestre, por isso o indicador não foi mensurado, pois sai no mês de setembro. Porém, o Diretor do DTI apresentou a meta que era chegar em 0,73 e foi atingido 0,81. E, ressaltou, que houve o aprimoramento de vários processos de trabalho, infraestrutura, uma série de padrões estabelecidos e melhoria no sentido de governança de TI no CNJ. Complementa apresentando os projetos institucionais da unidade: Elaboração da Política de Gestão de Pessoas de TI; Elaboração do



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Programa PJe 2020 com o novo modelo de governança; Desenvolvimento do Portal de Governança Digital do Poder Judiciário que é uma ferramenta nova de iniciativa do DTI.

5.1.13 Gabinete do Diretor-Geral – GDG

O Sr. Johaness Eck, Diretor-Geral do CNJ, informou que o Projeto Institucional – Elaboração e Validação da Cartilha de Gestão de Riscos do CNJ e um Manual – alcançou 100%. Após a conclusão do projeto, o próximo passo será a fase de implementação, para isso foi reforçada a equipe. Finalizou frisando a importância de trabalhar a disseminação da gestão de risco na demais unidades.

5.1.14 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

A Sra. Mariana Cabral Nogueira de Sá, substituindo a Sra. Raquel Wanderley da Cunha, Secretária de Gestão de Pessoas, informou que a Secretaria tem nove indicadores. O Indicador 11 – Índice de Capacitação dos Servidores do CNJ – alcançou 38%, em contrapartida a uma expectativa de 43,3% no período. Sobre o Indicador 12 – Índice de Capacitação dos Gestores do CNJ – que atingiu 56,5%, em contrapartida a uma expectativa de 43,3% no período. O Indicador 25 – Índice de Absenteísmo –, a Sra. Mariana Sá informou que a meta é ficar abaixo de 2,5%, mas no período da medição alcançou 2,9%. Sobre o Indicador 26 – Índice de Realização do Exame Período de Saúde (EPS) – alcançou 9,88%, em contrapartida a uma expectativa de 17% no período. Foi ressaltada a dificuldade de controlar o percentual e reforçou a necessidade de os servidores fazerem os exames periódicos. Foram feitas, pelos participantes, sugestões para realização dos exames e a Sra. Mariana Sá explicou que existe um protocolo que os médicos do Supremo Tribunal Federal – STF seguem. O Sr. Johaness Eck salientou que, com a mudança para o novo prédio do CNJ, realizar os procedimentos médicos será mais fácil por causa da distância. Com relação ao Indicador 27 – Índice de Ausência por Motivo de Saúde –, a meta é ficar abaixo de 1%, no período da medição alcançou 1,1%. No tocante ao Indicador 28 – Indicador Sintético de Iniciativas Relacionadas à Saúde e à Qualidade de Vida no Trabalho –, informou que a meta para o período era de 16%, o alcance foi de 13%



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

e complementa expondo alguns projetos realizados. Em adição, informou que a redução e realização dos projetos do Indicador 28 deu-se pela priorização da qualidade à adesão. Sobre o Indicador 29 – Índice de Participação nas Ações Relacionadas à Saúde e à Qualidade de Vida no Trabalho –, informou que não conseguiu alcançar a meta estabelecida de 85%, ficando com resultado bem abaixo, alcançando 45,5%. Informou também que, em termos absolutos, houve 289 participações nas Ações Relacionadas à Saúde e à Qualidade de Vida no Trabalho até agosto. Em relação aos meses seguintes, citou as ações realizadas: Correio do Reconhecimento – referente ao dia do servidor – teve 625 participações e a homenagem aos 10 anos de serviços foram 65 homenageados. Então, a partir desses dados e projetos, acredita-se que será ultrapassado a expectativa até o final do ano. Sobre o Indicador 30 – Índice de Rotatividade –, a meta é ficar abaixo de 5,5%, no período da medição alcançou 0,7%, assim cumprindo a meta. Adicionou explicando que isso quer dizer que poucos servidores têm saído do órgão. Com relação ao Indicador 33 – Índice de Satisfação, quanto as iniciativas que promovem à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho – alcançou 80%, em contrapartida a uma expectativa de 77% no período. Adicionalmente, informou que mesmo tendo um índice de participação baixa, as ações têm sido bem avaliadas.

Com relação aos projetos institucionais, esclareceu que a unidade tem quatro projetos. Em relação ao projeto 01 – Mapeamento de Competências do Conselho Nacional de Justiça –, informou que está em fase de conclusão. No primeiro semestre foram realizadas as oficinas de mapeamento das competências e, no segundo semestre, a avaliação dessas competências, juntamente com a Universidade Federal do Pará – UFPA, com previsão de entrega do relatório para o mês de novembro. Um relatório parcial já foi entregue, a SGP já está trabalhando nesses resultados e, ressaltou, que dia 25 de novembro acontecerá a primeira ação: Capacitação Sobre Autogestão, destinada a servidores. Após o relatório completo, os resultados das avaliações serão utilizados na elaboração de um plano anual de capacitação para o ano de 2020. No tocante ao projeto 02 – Regulamentação/alteração de Normativos Internos do CNJ afetos a Seção de Legislação – SELEG –, esclareceu que está em processo de finalização. Sobre os projetos 03 e 04 – Gestão de QVT 2017-2019 e



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Projeto Valoriza CNJ –, respectivamente, a Sra. Mariana Sá relatou que os dois estão abaixo da expectativa.

5.1.16 Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF

O Sr. Wernne Silva, Secretário de Orçamento e Finanças, informou com relação ao Indicador 24 – Índice de Liquidação do Orçamento Disponibilizado – que houve alcance de 41,1% da meta estabelecida, em contrapartida a uma expectativa de cumprimento de 43,3% no período. Adicionou, que o grande desafio até o final do exercício será o acompanhamento das despesas para que assim possa liquidar o maior valor possível daquilo que já foi empenhado. Informou também que já estão marcadas reuniões com os Coordenadores de Ação Orçamentária em cada unidade para que seja avaliado cada nota de empenho e pré-empenho. E, ressaltou que, até em outubro, já foi apurado 51%, ou seja, já foi liquidado metade do orçamento disponibilizados. Dos 53 milhões restantes, 42% cabe a SGP, 28% a SAD e 24% a DTI, as demais unidades, os percentuais são baixos. E, por fim, o Sr. Wernne finalizou e pediu a colaboração e comprometimento dos setores.

5.1.17 Secretaria de Administração – SAD

O Sr. Getúlio Vaz, Secretário de Administração, informou que o Indicador 21 – Índice de Execução do Plano de Contratações do CNJ – alcançou resultado de 39,4%, em contrapartida a uma expectativa de cumprimento de 54,7% no período. Explicou que, embora a Secretaria de Administração – SAD tem boa parte do orçamento, as contratações estão diluídas dentro no Conselho Nacional de Justiça. Frisou o apelo feito pelo Sr. Wernne Silva, Secretário de Orçamento e Finanças, exposto anteriormente, e informou que tem várias licitações e contratações em andamento, e, por consequência, há o risco de não conseguirem executar o orçamento como deveriam. No tocante ao Indicador 22 – Índice de Unidades do CNJ com Infraestrutura Adequada (IU) – houve cumprimento de 78,6% da meta estabelecida, em contrapartida a uma expectativa de cumprimento de 78% no período.



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

5.1.18 Ouvidoria – OUV

O Sr. Ronaldo Araújo Pedron, Chefe de Gabinete da Ouvidoria, informou que o Indicador 15 – Atendimento da Ouvidoria – obteve cumprimento de 83,5% da meta estabelecida, em contrapartida a uma expectativa de cumprimento de 92% no período. Corresponde ao um indicador quantitativo ao tempo de resposta/encaminhamento de demandas. Com relação ao Indicador 16 – Satisfação com o Atendimento da Ouvidoria –, informou que houve cumprimento de 70,5% da meta estabelecida, em contrapartida a uma expectativa de cumprimento de 73% no período. Diz respeito a um indicador qualitativo, que se refere à satisfação do cidadão com o atendimento do CNJ. Em adição, informou que algumas demandas requerem mais tempo para obtenção de resposta pela sua complexidade e natureza, mas ressaltou que é uma meta compartilhada com as unidades do CNJ, à medida que as respostas são encaminhadas. O Sr. Ronaldo explica que o usuário avalia em 4 requisitos a satisfação do atendimento quando a demanda encaminhada é finalizada e, por meio desses resultados, é gerado o percentual do indicador. Adiciona que, também, essa avaliação se desdobra em gestão do ponto de vista interno da Ouvidoria, e a partir das avaliações é possível: verificar as avaliações, identificar o atendente que tem avaliações no mês no período e analisar relatos individualmente. E, eventualmente, fazer uma reorientação do atendimento e/ou correção. Ressaltou, ainda, que na última sessão houve a eleição do Conselheiro André Luiz Godinho, como Ouvidor, informando que, posteriormente, se reunirá com o Conselheiro para pensar em planejamentos e projetos.

6. Panorama Geral

Encerradas as apresentações, a Sra. Neuma Christina Lopes Nunes, Chefe da Seção de Planejamento Institucional, explanou sobre a compilação dos resultados apurados no período de janeiro a agosto de 2019. Informou que, dos 31 indicadores constantes do Plano Estratégico, 17 foram cumpridos, 8 parcialmente cumpridos, 3 não foram cumpridos e 3 não foram mensurados no período. Com relação aos projetos institucionais, informou que, dos 49 projetos programados para 2019, 22 estão concluídos, 14 cumpridos, 6 parcialmente cumpridos, 6 não cumpridos e 1 não



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

implementado – que se refere ao projeto Desenho do Processo de Trabalho e da Documentação da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos, dado como encerrado. Complementa informando que os 12 objetivos estratégicos são compostos pelos indicadores e projetos, e que, pela evolução dos resultados sinalizados na reunião, haverá avanços nos resultados destes objetivos. Acrescentou e finalizou, mostrando a relação dos Projetos Institucionais concluídos em mediações anteriores. Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania: 2º Encontro das Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar; Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento: Encontro da Rede de Cooperação Judiciária Nacional – Recomendação CNJ nº 38/2011; Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas: Definição de parâmetros para uso adequado das redes sociais pelos magistrados, Audiência Pública – Revisão da Resolução CNJ n. 75/2009, III Jornada da saúde; e 1º Seminário sobre a Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário. Pelas unidades. Corregedoria Nacional de Justiça: Fórum Nacional das Corregedorias; Secretaria Processual: Implantação do Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade no Sistema SEI; Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação: Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC); e o Departamento de Gestão Estratégica: Semana do Meio Ambiente e o Encontro Nacional do Poder Judiciário 2018.

7. Encerramento

Dando sequência, Dr. Johaness Eck, Diretor-Geral, comunica sobre o início da mudança do Conselho Nacional de Justiça – CNJ para o novo prédio e solicita que as unidades acompanhem o cronograma com as informações disponíveis na intranet e/ou, em caso de dúvidas, entrar em contato com Secretaria de Administração – SAD. Em seguida, Dr. Carl Olav Smith, Secretário Adjunto Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, ressaltou e pediu que sejam seguidas as instruções normativas para abertura de projetos; frisou sobre o encaminhamento de um ofício para todos os Gabinetes de Conselheiros, pelo Ministro José Antônio Dias Toffoli, informando que todos os pedidos de projetos e demandas devem ser concentrados



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

na Secretaria-Geral ou na Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP, conforme cada atribuição de cada setor, pois os mesmos serão responsáveis pelo cronograma. Em sequência, o Dr. Carl finalizou agradecendo a presença de todos e pedindo que pensem nos novos indicadores e projetos que poderão alterar para o próximo ano.